

**X Encontro de Pós-graduação
em História Econômica**

Virtual

**8ª Conferência Internacional
de História Econômica**

9, 10, 11 e 12 de novembro

2020

**Levantamento geográfico da produção de linho
cânhamo na América Portuguesa (1716-1822):
análise preliminar**

Lilian da Rosa

**X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência
Internacional de História Econômica**

**Levantamento geográfico da produção de linho cânhamo na América Portuguesa (1716-
1822): análise preliminar¹**

**Geographical survey of hemp flax production in Portuguese America (1716-1822):
preliminary analysis**

Lilian da Rosa²

Resumo

A expansão ultramarina moderna, entre os séculos XV e XIX, ocorreu em parte graças ao desenvolvimento do poder militar e naval das potências europeias. Logo, as tecnologias de navegação do período aprimoraram a construção das naus e caravelas que, por sua vez, possibilitaram a exploração em alto-mar. As velas e as cordoarias dessas embarcações eram fabricadas a partir de cânhamo (*Cannabis*). Diante dessa importância, a Coroa Portuguesa incentivou a produção de cânhamo na Colônia do Brasil, entre 1716 e 1822. Nesse período, Portugal realizou uma série de tentativas em diferentes espaços do território colonial. Este trabalho realiza um primeiro mapeamento geográfico dessas tentativas. Para tal, foram consultados documentos disponíveis no Projeto Resgate e documentos produzidos pela administração da Real Feitoria do Linho Cânhamo.

Palavras-chave: produção, cânhamo, expansão ultramarina, Brasil Colonial, Portugal.

Abstract

The modern oversea expansion, along the fifteenth and nineteenth centuries, occurred in part because of the development of military and maritime force of European powers. In this sense, nautical technologies of that period improved the construction of ships and

¹ O presente artigo é parte de uma pesquisa de Pós-doutorado realizado no Programa de História Econômica do Departamento de História na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, sob supervisão do Prof. Dr. Henrique Soares Carneiro. Agradeço ao Programa de História econômica da USP e ao Professor Carneiro pela acolhida. Agradeço ainda a Prof^a. Dr^a Lígia Maria Osório Silva pelas sugestões.

² Lilian da Rosa é doutora em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pós-doutoranda no Departamento de História na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. ORCID [http://orcid.org/0000-0001-6901-4476]. E-mail: lilianrosa.rs@gmail.com

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

caravels, enabling ultramarine navigation. The cordages and sails of such watercraft were manufactured from hemp (*Cannabis*). In view of this importance, the Portuguese Crown tried to produce hemp in the Colony of Brazil, between 1716 and 1822. In this period, the Crown realized a series of attempts in different spaces of the colonial territory. This work performs a first geographical mapping of these attempts, considering documents from the Resgate Project and from the administration of Real Feitoria do Linho Cânhamo.

Keywords: production, hemp, oversea expansion, Brazilian Colony, Portugal.

Introdução

Portugal inaugurou a expansão ultramarina do início da era moderna, por volta de 1415. Em 1480, os portugueses já controlavam as rotas e os entrepostos comerciais com o Marrocos, navegavam pelo extremo sul da costa africana e exploravam as Ilhas da Madeira e dos Açores. Essas explorações estimularam o estabelecimento de empreendimentos econômicos tais como o comércio de bens de luxo, o apresamento de escravos e a introdução da cana-de-açúcar nos açores. No final do século XV, Portugal era considerado um império vasto e diversificado (BOXER, 1969; GODINHO, 2008; AZEVEDO, 1929). Seu feito, inclusive, despertou o interesse de outros Estados europeus: espanhóis, holandeses e ingleses, ao longo do século XV, irromperam como fortes competidores. Todos esses Estados consolidaram o movimento de expansão ultramarina europeia (BOXER, 1969).

No século XVI, essa expansão ultramarina avançou para as terras a Oeste e culminou com a ocupação e a exploração da América, de tal forma que, entre outros aspectos, essa apropriação se traduzisse em uma expansão dos solos cultiváveis das potências europeias (POMERANZ, 2000). Nesse sentido, a ocupação territorial, o povoamento e a organização da produção em modelo de *plantation* estavam entre os principais meios de atuação dessas potências. A partir da segunda metade dos Setecentos, essa conjunção de fatores tornou as Colônias da América fornecedoras de matéria-prima à Europa ao mesmo tempo em que receptoras das manufaturas europeias, ao combinar colônia e metrópole, súdito colonial e cidadão, produtor e consumidor europeu e, por fim, escravo e proletário (MINTZ, 1985; 2003). Os espaços americanos foram, de fato, integrados à lógica do Mercantilismo.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

Assegurados pelo poder militar e econômico europeu, os descobrimentos marítimos levaram a uma economia em escala mundial, assentada na circulação de mercadorias, na divisão internacional do trabalho e nas trocas desiguais (PEDREIRA, 1994). Essa organização forjou uma certa hierarquia de capacidades, certos níveis de desenvolvimento econômico, bem como uma integração estratificada e assimétrica dos espaços – um centro dominante, uma semiperiferia intermediária e uma periferia dominada – o que, ao longo do século XVI, suscitou a emergência de um sistema-mundo moderno (WALLERSTEIN, 1974, 1996).

De certo modo, essa emergência e expansão do sistema-mundo moderno só foi possível graças ao desenvolvimento do poder militar e naval. Nesse sentido, as tecnologias de navegação do período aprimoraram a construção de naus e caravelas, que possibilitaram, por sua vez, o trânsito de homens, plantas e mercadorias pelos oceanos. Particularmente, as velas e cordoarias dessas embarcações eram fabricadas a partir de cânhamo (*Cannabis*) – planta que, por essa razão, tem ganhado destaque nos estudos historiográficos sobre a época do Mercantilismo.

Alguns indícios arqueológicos, datados com mais de 6.000 anos, sugerem que a *Cannabis* seja originária da Ásia Central, mais precisamente da China, onde suas sementes eram utilizadas para a alimentação e suas fibras para a fabricação de utensílios como calçados, vestimentas e cestos (LI, 1974). Aos poucos, suas variedades se espalharam pela Ásia e África e, depois, pela Europa. Registros indicam que, nesse último continente, do século XIV ao XVIII, o cânhamo e suas sementes eram utilizados para as produções de óleo, de remédio, de tecido e de papel (CARNEIRO, 2002). Em especial, a produção de fibras de cânhamo merece destaque porque foi de grande valor econômico para as grandes potências europeias. De fato, como mencionado há pouco, ao longo do período mercantilista, o cânhamo era a principal matéria-prima na produção de cordoarias e velas de navios (DÍAZ-ORDÓÑEZ, 2016; CONTRERAS, 1974), a tal ponto que algumas estimativas indicam que as embarcações europeias utilizaram mais de 300 mil toneladas só para a primeira armação, sem contar as reposições conforme o desgaste do tempo (DÍAZ-ORDÓÑEZ, 2009).

Nesse contexto das grandes navegações do período mercantilista, o leque temático aberto pela historiografia internacional configura terreno bastante profícuo à análise da produção de cânhamo. Isso porque já existe uma discussão bibliográfica alavancada por diferentes centros de pesquisas, principalmente os europeus. Alguns

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

desses centros³ analisam o papel decisivo do comércio e da mobilidade dos chamados produtos estratégicos – aço, madeira, cânhamo, mastro, entre outros – e relacionam esses produtos com a política defensiva dos Estados Nacionais no período mercantilista. Nessa linha interpretativa, o cânhamo é entendido como um dos produtos fundamentais de defesa das potências europeias, sobretudo porque “os veleiros militares e mercantes, que criaram e sustentaram essas mesmas instituições políticas nos séculos modernos, foram combinados com centenas de milhares de toneladas de cordame e velas feitas de cânhamo” (DÍAZ-ORDÓÑEZ, 2016).

Devido a essa importância econômica, vários historiadores estrangeiros já se debruçaram sobre a relevância do cânhamo nesse período. Hopkins (1998) e Robert Deitch (2003), por exemplo, trataram sobre a produção de *hemp* nas 13 colônias britânicas. Segundo esses autores, essa produção foi inserida por volta de 1619, com o intuito de fornecer matéria-prima para a indústria naval. Além do cânhamo produzido nas 13 colônias, uma parcela da historiografia aponta que a Inglaterra também importava da Rússia uma grande parte do cânhamo que consumia (MORRIS, 1990; MORRIS 2011; CONTRERAS, 1974; MILLS, 2003).

De fato, existe um relativo consenso na historiografia internacional de que a Rússia foi uma das maiores produtoras de cânhamo entre os séculos XIV e XVIII e o exportava sobretudo para a Inglaterra e a Espanha – nesse último caso, por meio de uma rede de comércio controlado pela Holanda (SOLANA, 2007; GOODMAN, 2001). Nesse período, a Rússia possuía uma economia agrária e seu comércio de longa distância se baseava em 3 produtos: grãos, rebanhos e cânhamo. No século XVIII, por exemplo, o cânhamo representou em torno de 34% das exportações russas em 1710, 16% em 1725, 28% em 1759 e 19% em 1769 (MIRONOV, 1992).

Ainda em relação à Espanha, Díaz-Ordóñez (2016) aponta que esse Império Ultramarino foi deficitário em cânhamo entre os séculos XVI e XVII. Contudo, a partir de 1740, para resolver tais dificuldades produtivas e tentar garantir uma certa autonomia, a Secretária da Marinha da Espanha investiu maciçamente nessa produção. O autor analisou dados da referida Secretária e calculou que, em 1784, Granada colheu 134 mil arrobas, Catalunha 190 mil, Valência 270 mil, Aragón 202 mil e Agreda 25 mil. Nesse período o cânhamo era produzido tanto no Oriente quanto no Ocidente.

³ Como por exemplo, o historiador Manuel Diaz-Ordóñez, da Universidade de Sevilla e o grupo de estudos “Commodities of Empire” membros da *Open University’s Ferguson Centre for African and Asian Studies*.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

Em Portugal, o cânhamo foi inserido no século XIV e se tornou um produto importante. Pedreira (1994), por exemplo, recupera o testemunho de Duarte Ribeiro de Macedo e mostra que, por volta de 1680, o cânhamo português abastecia o mercado interno e o excedente era exportado para Castela. Nesse período, essa produção ocorria principalmente na vila de Moncorvo, Comarca de Trás-os-Montes. Considerada a maior produtora de cânhamo de Portugal, Moncorvo desfrutou de uma certa prosperidade econômica entre os séculos XVI e meados do século XVII (SÁ, 1991; SOUSA, 2009), antes de ser invadida pelos exércitos espanhóis: na Guerra da Restauração (1640-1668), houve conflitos, saques e cercos em localidades do vale de Vilariaça; na Guerra de Sucessão (1703-1713), houve a ocupação de Trás-os-Montes; e, finalmente, na Guerra dos Sete Anos (1762-1763), houve a rendição de Bragança, Outeiro e Moncorvo. Como consequência, essas beligerâncias contribuíram para um acentuado processo de emigração e de desestruturação da produção de cânhamo na região de Trás-os-Montes (SÁ, 1991; SOUSA, 2009; LEONARDO, 2013; SOUSA *et al.*, 2009). Com a decadência dessa produção, o governo de Marques de Pombal, em 1755, criou a Real Fábrica da Cordoaria, em Lisboa, com o objetivo de manter a produção de velas e cordoarias necessárias à indústria naval (PEREIRA, 1972)⁴.

Assim, dada a importância do cânhamo para a sociedade portuguesa nesse período e dado o declínio dessa produção na região transmontana, não surpreende o fato de que a Coroa tentou por diversas vezes estabelecer a agricultura de cânhamo em suas colônias. Em particular, no caso da América Portuguesa, as experiências perduraram por mais de um século, de 1716 a 1822. Com base nisso, este trabalho mapeia algumas dessas tentativas de produção de cânhamo na Colônia do Brasil.

Projeto resgate: novas perspectivas sobre a produção de linho cânhamo

De maneira geral, a história do cânhamo no Brasil ainda é pouco estudada pelos historiadores brasileiros. Com esforços centrados na Real Feitoria do Linho Cânhamo (RFLC), a maior parte dos estudos aponta que o estímulo à cultura do linho cânhamo

⁴ Embora trabalhos clássicos como os de Boxer, Godinho, tenham destacado a importância da frota naval, eles não analisaram com profundidade o modo como as caravelas, os galões e as naus eram fabricadas. Boxer (2008), por exemplo, até ressaltou a importância da madeira na construção dessas embarcações; no entanto, nada registrou sobre as cordoarias e velas e nem sobre o uso do cânhamo. Por outro lado, essa matéria-prima tem ganhado espaço na historiografia portuguesa com os trabalhos de Pereira (1972), Pedreira (1994), Sá (1991), Freitas (2006), Sousa (2009), Sousa *et al.* (2009) e Leonardo (2013).

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

vinha ao encontro da grande demanda por matérias-primas para a confecção das cordoarias e velas da indústria naval. Esses estudos buscaram compreender a lógica de produção, as relações familiares dos escravos, bem como as justificativas para a emergência e posterior decadência da RFLC. Menz (2003, 2005 e 2006), por exemplo, analisou a organização dos escravos da Feitoria e defendeu que a autonomia conquistada por estes, especialmente se comparada à situação dos demais no período, permitiu a formação de uma rede de solidariedade, sobretudo em momentos de conflitos com os administradores. Segundo o autor, os escravos souberam explorar os problemas administrativos da Feitoria para inviabilizar o regime de *plantation* no qual estavam inseridos. Wehling (2010), outro exemplo, analisou a agricultura de cânhamo nas Capitânicas de Santa Catarina e de Rio Grande de São Pedro e defendeu que a falta de interesse dos colonos em adquirir e cultivar as sementes foi determinante para que essa agricultura não prosperasse. Outros autores também abordaram a produção de cânhamo em tópicos de livros e teses, mas sem que esta fosse o objeto central da análise. Miranda (2000) analisou a agricultura de cânhamo, nas Capitânicas de Santa Catarina e de Rio Grande de São Pedro, como uma política do Estado Português. Pesavento (2009), por sua vez, defendeu que o linho cânhamo recebera incentivos da Coroa semelhantes ao café, ao arroz e ao anil; entretanto, não obteve êxito. Alves (2017), por fim, analisou os projetos portugueses de desenvolvimento agrícola, com enfoque nas tentativas de produção de cânhamo em Pernambuco.

Os trabalhos de trabalhos Menz (2003, 2005 e 2006), Wehling (2010) e Miranda (2000) avançaram no debate sobre a produção de cânhamo, sobretudo, através de um conjunto de manuscritos produzidos pela administração da RFLC que estão sob custódia do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS). Este arquivo guarda um conjunto de documentos, reunidos em um maço único⁵, que abrange todo o período de existência da Feitoria. Esse conjunto documental reúne uma série de informações relacionadas à administração e produção da Feitoria. De modo geral, tais documentos disponibilizam as seguintes informações: (a) dois mapas que mostram a planta da RFLC no Faxinal do Courita, com a especificação das instalações; (b) uma subpasta com documentos que apontam as “formalidades” do plantio de cânhamo; (c) relatórios com a contabilização dos escravos; e (d) ofícios e relatórios que abordam a vida dos escravos, tanto no aspecto

⁵ Rio Grande do Sul. AHRS. Caixa Feitoria do Linho Cânhamo.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

do trabalho quanto no da manutenção da vida e de suas relações pessoais e familiares, entre outros.

Os trabalhos de Pesavento (2009) e Alves (2017), por sua vez, se basearam em documentos parciais disponibilizados através do Projeto Resgate e sinalizaram a existência de outro conjunto documental que permite uma análise mais pormenorizada e, ao mesmo tempo, mais ampla sobre a produção de linho cânhamo na América Portuguesa. De certo modo, esse avanço neste campo de pesquisa é um reflexo de acordos diplomáticos entre Brasil e Portugal, por intermédio da UNESCO⁶, que disponibilizou documentos de países que, no passado, estiveram ligados pelas políticas coloniais. O projeto Resgate Barão do Rio Branco teve início em 1995 e permitiu a digitalização de aproximadamente 195 mil documentos⁷ que estavam sob custódia do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), em Portugal. Com o término do projeto em 2003, todos os documentos contidos no Fundo do Conselho Ultramarino foram distribuídos para diferentes centros de pesquisa e disponibilizados para consultas *online*.

Os documentos contidos no Fundo do Conselho Ultramarino contêm: (a) ofícios do Vice-Rei do Brasil, do Intendente Geral da Polícia da Corte e do Reino, de Governadores e de Capitães-Gerais, para reportar à administração portuguesa o processo de desenvolvimento de cânhamo em solo colonial; (b) minutas e ofícios dos Secretários de Estados e Ultramar enviadas ao Vice-Rei, aos Governadores e Capitães-Gerais, para informar as decisões do Estado Português sobre os projetos de produção de cânhamo; (c) ofícios dos administradores da Real Fabrica de Portugal sobre a análise de amostras de cânhamo recebidas da Colônia; e (d) cartas de representantes da Coroa enviadas ao secretário da Marinha e Ultramar, para informar sobre as incumbências da produção de cânhamo na Colônia. De modo geral, esses documentos trazem informações valiosas para inferir os desejos e anseios da administração portuguesa no tocante à produção de cânhamo na Colônia e permitem construir uma visão de Estado sobre esse assunto. Assim, neste acervo, como forma de consulta prévia, foram localizados uma série de documentos que permitiram um primeiro esforço para mapear a produção de linho cânhamo na América Portuguesa. O texto a seguir, traz um primeiro mapeamento geográfico sobre a

⁶ O Projeto Resgate se fundamentou na Resolução da UNESCO nº 4212 de 1974, que considerou patrimônio comum todos os documentos de países que estiveram ligados pelas políticas coloniais (BERTOLETTI, 2000).

⁷ Conforme apresentação do Projeto Resgate, realizada em outubro de 2000, relacionado ao Catálogo dos Códices do Fundo do Conselho Ultramarino relativos ao Brasil existente no Arquivo Histórico Ultramarino.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

Produção de cânhamo no Brasil a partir dos documentos da RFLC e do Fundo do Conselho Ultramarino.

O cânhamo na Colônia do Brasil

A Coroa Portuguesa adotou duas estratégias para inserir esse produto na economia colonial. Na primeira, colonos e lavradores, residentes em diferentes espaços do território, eram incentivados a produzir cânhamo em suas propriedades; enquanto, na segunda, a própria Coroa era a responsável pela produção, em estabelecimentos administrados por seus representantes. Segue uma breve descrição de ambas estratégias e segue um breve panorama sobre algumas tentativas associadas a elas.

Tentativas realizadas por particulares

O incentivo à produção de particulares teve início em 1716, na Colônia de Sacramento, quando 40 casais da Província de Trás-os-Montes migraram para lá com o objetivo de povoar a região e de se dedicar à agricultura, inclusive de cânhamo⁸. Na ocasião, cada casal recebeu 3 alqueires desse cultivar⁹. Já em 1747, o Estado Português realizou uma política semelhante em Santa Catarina. Nesse caso, o Governador Gomes Freire de Andrade recebeu sementes de cânhamo para distribuí-las à população açoriana recém-chegada (WEHLING, 2009). De certo modo, essas tentativas em espaços meridionais da Colônia visavam a ocupação do território para garantir a posse portuguesa, bem como a produção de um produto estratégico para Portugal.

Além dos espaços meridionais, a produção de cânhamo também foi implantada na Capitania do Maranhão e Pará. Em 1750, um ofício do Secretário da Marinha e Ultramar informou que, depois de examinadas, uma parte das espigas de linho cânhamo, enviadas por essa Capitania à Portugal, foi utilizada na fabricação de cordas; enquanto a outra parte, de pior qualidade, não foi utilizada por estarem muito secas. Na mesma correspondência, o referido Secretário indicou que um cânhamo de boa qualidade deveria possuir mais folhas e concentrar um pouco de umidade em seu interior¹⁰. Um ano mais tarde, em 1751, o Governador do Maranhão e Pará, Gomes Freire de Andrade, informou

⁸ AHU. Projeto Resgate. Rio de Janeiro Avulsos (1614 1830) Cx. 10. Doc. 1032; e Cx. 12. Doc. 1352.

⁹ AHU. Projeto Resgate. Cx. 31. Doc. 7278-7310. 17/07/1732.

¹⁰ AHU. Projeto Resgate. Cx. 34. Doc. 3224. 30/05/1753

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

o Secretário da Marinha e Ultramar, Diogo Mendonça Corte Real, que as experiências feitas com as sementes de linho cânhamo não alcançaram os resultados esperados. Em sua opinião, a dificuldade de produzi-lo residia no fato de que o transporte, nos porões das naus, fazia com que as sementes envidas pela Coroa chegassem na Colônia em más condições. A despeito disso, o Governador reivindicou novas sementes para dar andamento no projeto de produção de linho cânhamo¹¹.

Apesar dos reveses, a Coroa não abandonou o projeto do cânhamo na Colônia. A partir de 1780, houve um aparente aumento no incentivo e nas tentativas de produzi-lo. No final do século XVIII, especialmente a partir do governo de D. Maria I, as ideias do iluminismo influenciaram o pensamento e as ações políticas do Estado Português. Um desses reflexos foi a fundação da Academia de Ciências de Lisboa, em 1789. Essa instituição fomentou a investigação científica e econômica, ao estimular a criação de museus e bibliotecas e estimular a produção intelectual nos vários campos. Nesse contexto, houve uma valorização da natureza, bem como uma valorização de estudos sobre os diferentes espaços do Reino e das Colônias, principalmente sobre aqueles com alguma importância agrícola para a economia portuguesa (NOVAIS, 2005).

Esses estudos preconizavam uma agricultura em moldes técnicos e logo passaram a influenciar as políticas de incentivo à produção de cânhamo na Colônia. Nesse sentido, Portugal começou a enviar, além de sementes, manuais de produção que explicavam os métodos mais eficazes para cultivá-lo. De maneira geral, o Vice-Rei, D. Luís de Vasconcelos e Sousa, recebia as sementes e os manuais e os reencaminhava para os Governadores e Capitães Gerais – os quais, por sua vez, encarregavam-se de redistribuí-las às pessoas “curiosas” e capazes de investir nessa produção. Além disso, a Coroa começou a enviar especialistas na produção de cânhamo, com a missão de solucionar os problemas relativos a essa agricultura em solo colonial¹².

Com essas iniciativas da Coroa, a agricultura de cânhamo se disseminou pela Colônia: há registros de tentativas na Capitania do Maranhão e Piauí, no Estado do Pará e Rio Negro, na Capitania de Pernambuco, na Capitania da Bahia, na Capitania do Rio Grande de São Pedro e na Ilha de Santa Catarina. Na Capitania do Maranhão e Piauí, em 1780, a tentativa contou com a participação de 26 lavradores¹³. Quatro anos mais tarde,

¹¹ AHU. Projeto Resgate. Cx. 64. Doc. 15.135. 14/05/1751

¹² AHU. Projeto Resgate. Cx. 132. Doc. 10739.

¹³ AHU. Projeto Resgate. Maranhão (1614-1833). Ofício do Governador e Capitão Geral do Maranhão e Piauí D. Antônio de Sales e Noronha, para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar. Doc. 5233. 25/09/1780.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

em outra correspondência, o Governador e Capitão-Geral do Maranhão e Piauí, José Teles da Silva, enviou, para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, um relatório sobre a existência de “grandes sementeiras” de cânhamo, bem como amostras produzidas¹⁴.

No Estado do Pará e Rio Negro, em 1780, o Governador e Capitão Geral, José de Nápoles Telo de Menezes, escreveu, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, para informar que recebera um saco de sementes de linho cânhamo e manuais com instruções de plantio. A maior parte dessas sementes foi enviada para a praça de Macapá aos cuidados do Vigilante do Estado, Manuel L. de Almeida, o responsável pela produção. O restante das sementes foi enviado ao Diretor da Vila de Bragança, para que nas “férteis e dilatadas campinas de Caeté fosse feito as experiências com o plantio do cânhamo”¹⁵.

Na Capitania de Pernambuco, em 1785, o Governador, José César de Meneses, em correspondência enviada para Lisboa, confirmou o recebimento de sementes de linho cânhamo e linho donzela, assim como o de exemplares de uma publicação que tratava dos métodos de cultivo. Esses materiais seriam distribuídos para as pessoas “inteligentes e cuidadosas”, residentes em diversas localidades da Capitania, com o intuito de descobrir em quais terrenos as referidas sementes se adequariam melhor. (ALVES, 2007).

Na Capitania da Bahia, a partir de 1780, as experiências com sementeiras de linho cânhamo e linho donzela ocorreram na Comarca de Ilhéus. Neste local, um dos principais responsáveis pela inserção dessa produção foi o lavrador Manuel Rodrigues da Costa¹⁶, trazido diretamente de Portugal com ajuda de custo da Coroa¹⁷. Esse lavrador registrava suas tentativas em relatórios e os enviava ao Governador Geral da Capitania que, por sua vez, os remetia ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar¹⁸.

Em 1782, o próprio Vice-Rei do Brasil, D. Luís de Vasconcelos e Sousa, recebeu, do Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, 23 alqueires e meio de semente de linho cânhamo e manuais com instruções sobre o modo como devia ser tratado e fabricado. O Vice-Rei tinha a ordem expressa para distribuí-los as pessoas que se “parecessem mais inteligentes a cultura desse gênero”. Ele enviou as sementes e os

¹⁴ AHU. Projeto Resgate. Maranhão (1614-1833). Ofício do Governador e Capitão Geral do Maranhão e Piauí D. Antônio de Sales e Noronha, para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar. Cx. 63. Doc. 5665. 13/09/1784.

¹⁵ AHU. Projeto Resgate. Cx. 85. Doc. 6950. 17/04/1780

¹⁶ AHU. Projeto Resgate. Rio de Janeiro (1614-1830). Ofício do Vice-Rei do Brasil. 17/11/1795.

¹⁷ AHU. Projeto resgate. Cx. 191. Doc. 14021. 14/01/1870

¹⁸ AHU. Projeto Resgate. Rio de Janeiro (1614-1830). Ofício do Vice-Rei do Brasil. 17/11/1795.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

materiais a lavradores do Rio Grande de São Pedro, de Santa Catarina e do Rio de Janeiro, que já possuíam alguma experiência¹⁹.

Ademais, em 1799, a Junta da Fazenda Real do Rio de Janeiro enviou, para a Capitania do Rio Grande de São Pedro, sementes de linho cânhamo e modelos de instrumentos a serem distribuídos a lavradores escolhidos. Também foram encaminhadas instruções sobre a forma de preparo das sementeiras, com o objetivo de garantir o sucesso do empreendimento (MIRANDA, 2000, p. 143). Em 1804, por sua vez, o Vice-Rei do Brasil recebeu 3 barris de sementes de cânhamo, dos quais 2 foram enviados ao Governador do Rio Grande²⁰. Além desses casos brevemente apresentados, documento oficiais da época indicam que a Coroa pretendia inserir a produção de cânhamo em São Paulo²¹ e Minas Gerais²².

Apesar de todo o incentivo da Coroa no tocante à produção de cânhamo – envio de manuais, de especialistas e de sementes –, correspondências de Governadores enviadas ao Secretário da Marinha e Ultramar revelam as dificuldades na realização dessa produção. Em 1780, o Governador e Capitão Geral do Estado do Pará e Rio Negro, José de Nápoles telo de Menezes, escreveu, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, para informar que as experiências com o plantio de cânhamo nas praças de Macapá, Caeté e Cameté eram frustrantes porque as sementes não germinavam²³. Em 1784, o mesmo Governador voltou a relatar problemas relacionados à produção e, como providência, a Coroa enviou naturalistas para ajudar a investigar e a solucionar tais problemas. Em 1788, o Governador Geral de Pernambuco, D. Tomas de Melo, alegou que suas Comarcas receberam sementes de cânhamo deterioradas e, por isso, solicitou, do Secretário da Marinha e Ultramar, o envio de mais sementes – embora estivesse um tanto quanto desiludido com essa produção, uma vez que, na Capitania de Pernambuco, eram “raríssimas” as pessoas “curiosas” e dispostas a fazer experiências com sementes estranhas²⁴.

¹⁹ AHU. Projeto Resgate. Cx. 119. Doc. 9675. 3/08/1782

²⁰ AHU. Projeto Resgate. Cx. 216. Doc. 14912. 18/-2/1804

²¹ AHU. Projeto Resgate. Cx. 168. Doc. 12480. 21/11/1798.

²² AHU. Projeto Resgate. Cx. 168. Doc. 12480. 21/11/1798.

²³ AHU. Projeto Resgate. Cx. 86. Doc. 7060. 31/10/1780.

²⁴ AHU. Projeto Resgate. Cx. 162. Doc. 11604. 18/02/1788.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

Diante das dificuldades nessa estratégia de incentivo à produção de cânhamo por particulares, a Coroa passou a se responsabilizar diretamente pela produção, em estabelecimentos reais administrados por seus representantes (MIRANDA, 2000).

Tentativas realizadas pela Coroa

Em 28 de julho de 1783, o Vice-Rei Marquês de Lavradio sancionou um Decreto para fundar a Real Feitoria do Linho Cânhamo (RFLC), no rincão de Canguçu, próximo à Lagoa dos Patos. A Feitoria foi, inicialmente, administrada pelo padre Francisco Rodrigues Prates Xavier, que contava com o apoio dos irmãos – e soldados do Regimento de Bragança – João e Mathias Martins, experientes em lavouras de cânhamo na Europa (BRANDÃO, 2014). A RFLC contava com aproximadamente 20 casais de cativos. “Com esse estabelecimento, o governo metropolitano objetivava desenvolver a cultura do cânhamo e, ao mesmo tempo, criar um centro produtor de sementes, a partir do qual a cultura fosse disseminada entre os lavradores privados” (MIRANDA, 2000, p. 143). Em 1788, a Feitoria foi transferida para o Faxinal do Courita, próximo a Porto Alegre e a Rio dos Sinos. Nesse local, a RFLC recebeu 53 novos escravos confiscados de contrabandistas e registrou um aumento de produção: o rendimento anual passou de 111 arrobas, em 1785, para 329 arrobas e 16 libras, em 1789 (MENZ, 2005). O aparente sucesso da RFLC inclusive encorajou o Secretário do Consulado de Buenos Aires, Manuel Belgrano, a inserir o cultivo de cânhamo em Buenos Aires, no ano de 1790 (COONEY, 1979).

A Real Fazenda de Santa Cruz²⁵, no Rio de Janeiro, também foi utilizada para o desenvolvimento da agricultura de cânhamo²⁶. A produção nessa Fazenda teve início na primeira metade de 1790 e, como a da RFLC, estava assentada em mão de obra escrava. Em ofício de 1799, o Vice-Rei do Brasil, D. José Luís Castro, informou, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que o linho cânhamo, plantado na Fazenda de Santa Cruz, crescera a altura de 8 a 12 palmos e rendera um alqueire de sementes²⁷.

²⁵ Após a expulsão dos jesuítas, em 1759, a Fazenda de Santa Cruz foi incorporada ao patrimônio da Coroa portuguesa entrando em um período de decadência em sua produção. Foi apenas a partir de 1790 que a Fazenda de Santa Cruz se tornou alvo de interesse da Coroa que procurou recupera-la e torná-la mais rentável. Ainda vale destacar que a Fazenda de Santa Cruz não era utilizada somente pela Coroa, tal como a RFLC. Em suas terras viviam foreiros, sesmeiros, índios e intrusos de toda ordem (VIANA, 1974; PEDROZA, 2018).

²⁶ AHU. Projeto Resgate. Avulsos, Rio de Janeiro (1614-1830). Ofício do Vice-Rei do Brasil. 17/11/1795.

²⁷ AHU. Projeto Resgate. Cx. 171. Doc. 12685.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

Embora não se saiba os detalhes sobre a produção de cânhamo na Fazenda de Santa Cruz, sabe-se, contudo, que a RFLC funcionou por cerca de 40 anos. Em 1824, o estabelecimento foi extinto por decisão do governo imperial brasileiro e suas terras foram destinadas aos imigrantes alemães que ali chegaram naquele ano. De certo modo, o novo momento político caracterizado pelo Império brasileiro (1822-1889) priorizava outros projetos políticos e econômicos e a produção de cânhamo por meio da Real Feitoria aparentemente não se incluía nestes. Os escravos existentes foram transferidos para a Real Fazenda de Santa Cruz. (MENZ, 2005)

Os casos vistos até aqui fornecem uma breve descrição sobre a importância do cânhamo para Portugal que, por meio de uma política de Estado, tentou por um longo período – 1716 e 1822 – inseri-lo em território colonial como um produto econômico.

Considerações finais

A inserção do cânhamo no Brasil colonial ocorreu como desdobramento das políticas de Portugal, que visavam a produção de um produto estratégico para a indústria naval no período das grandes navegações, uma vez que as velas e cordoarias das embarcações eram fabricadas a partir de cânhamo, sua principal matéria-prima.

Do que foi mapeado até o presente momento, as primeiras tentativas iniciaram em 1716 e perduraram até 1822 e foram sendo implementadas aos poucos em diferentes espaços geográfico do território colonial: na Capitania do Maranhão e Piauí, no Estado do Pará e Rio Negro, na Capitania de Pernambuco, na Capitania da Bahia, na Capitania do Rio Grande de São Pedro, no Rio de Janeiro e na Ilha de Santa Catarina. Além desses casos, os documentos oficiais da época indicam que a Coroa pretendia inserir a produção de cânhamo em São Paulo e Minas Gerais, projetos que, aparentemente, não foram implementados.

Para fomentar essa produção, a Coroa Portuguesa adotou duas estratégias: na primeira, colonos e lavradores particulares eram incentivados a produzir cânhamo em suas propriedades; enquanto, na segunda, a própria Coroa era a responsável pela produção, em estabelecimentos administrados por seus representantes que faziam uso de mão de obra escrava, como um típico regime de *plantation*.

De modo geral, o texto apresenta um primeiro esforço de mapear alguns espaços utilizados para inserir o cânhamo como um produto econômico no território colonial e coloca no horizonte analítico um objeto de pesquisa que demanda outras investigações,

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

ou seja, é necessário avançar sobre as especificidades de cada uma dessas iniciativas, bem como analisar se havia algum critério na escolha do local e dos particulares escolhidos e identificar a forma como o cânhamo era produzido.

Referências bibliográficas

ALVES, Isabel Cristina. **Trabalhos e estudos sobre a agricultura de plantas produtoras de fios no Brasil Colônia**. Dissertação (Dissertação em História) – Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2007.

AZEVEDO, João Lúcio de. **Épocas de Portugal Económico**. Lisboa: Livraria Classica, 1929

BARROS, André; PERES, Marta. Proibição da maconha no Brasil e suas raízes históricas escravocratas. **Periferia**, v. 3, 2011.

BOXER, Charles. **O império colonial português (1415-1825)**. Lisboa: Edições 70, 1969.

BRANDÃO, Marcílio Dantas. O problema público da maconha no Brasil: anotações sobre quatro ciclos de atores, interesses e controvérsias. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, p. 703-740, 2014.

BRAUDEL, Fernand. **O Mediterraneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II**. 2. ed. Lisboa: Dom Quixote, v. 1, 1995.

CARNEIRO, Henrique Soares. **Amores e sonhos da flora: afrodisíacos e lucinógenos na botânica e na farmácia**. São Paulo: Xamã, 2002.

CHERNEY, Jerome; SMALL, Ernest. Industrial Hemp in North America: Production, Politics and Potential. **Agronomy**, v. 6, n. 58, 2016.

COHN, Bernard. S. **Colonialism and Its Forms of Knowledge: The British in Índia**. Princeton: N.J.: Princeton University Press, 1996.

CONTRERAS, Ramón María Serrera. **Cultivo y manufactura de lino cáñamo en Nueva España**. Sevilla: Escuela de Estudios Hispano-Americanos de Sevilla, 1974.

COONEY, Jerry.W. A Colonial Naval Industry: The "Fabrica de Cables" of Paraguay. **Revista de História de América**, Jan. Jun 1979. 105-126.

DEITCH, Robert. **Hemp - American History Revisited: the plant with a divided history**. New York: Algora Publishing, 1950.

DÍAZ-ORDÓÑEZ, M. La comisión del cáñamo en Granada. Sustituir la dependencia báltica como estrategia defensiva del Imperio español en el siglo XVIII. **Vegueta**, n. 16, p. 93-123, 2016.

FREITAS, Isabel Vaz. **Mercadores entre Portugal e Castela na Idade Média**. Gijón: Trea, 2006.

GODINHO, Vitorino Magalhães. **A expansão quatrocentista portuguesa**. 2. ed. Lisboa: Dom Quixote, 2008.

**X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência
Internacional de História Econômica**

GOODMAN, David. **El poderío naval español: historia de la armada española del siglo XVII**. Barcelona: Península Ediciones, 2001.

HIRONDINO, Fernandes. Da cultura do linho cânhamo em Moncorvo. **Brigantia de Cultura**, Bragança, v. 1, n. 2, p. 136-141, 1981.

HOPKINS, James F. **A History of the Hemp Industry in Kentucky**. [S.l.]: University Press of Kentucky, 1998.

LEONARDO, Rui Emanuel Leal. **O baixo Vale de Vilaçaria entre o Antigo Regime e o Liberalismo, Território, Propriedades e Culturas**. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto. 2013.

LI, Hui-Lin. An archeological and historical account of Cannabis in China. **Economic Botany**, v. 28, p. 437-448, 1974.

MCPARTLAND, J. M.; CLARKE, Robert. Connell; WATSON, David. Paul. **Hemp diseases and pests: management and biological control - an advanced treatise**. Vermont: University of Vermont, 2000.

MENZ, Maximiliano Mac. **Entre dois Impérios: Formação do Rio Grande na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1822)**. Tese (Tese em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

MENZ, Maximiliano Mac. **Os escravos da feitoria do linho cânhamo: um estudo preliminar**. Anais da “III Jornada de História Econômica”. Montevideo: [s.n.]. 2003. p. 24.

MENZ, Maximiliano Mac. Os escravos da Feitoria do Linho Cânhamo: trabalho, conflito e negociação. **Afro-Asia**, Salvador, v. 32, 2005.

MILLS, James H. **Cannabis Britannica: Empire, Trade, and Prohibition 1800-1928**. Oxford: University Press, 2003.

MINTZ, Sidney W. **O poder amargo do açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados**. Recife. UFPE. 2003.

MINTZ, Sidney W. **Sweetness and Power**. New York, Elisabeth Sifton Books. (Viking Penguin), 1985

MIRANDA, Márcia Eckert. **Continente de São Pedro: a administração pública no período colonial**. Porto Alegre: Ministério Público do Estado do RS / Corag, 2000.

MIRONOV, Boris N. Consequences of the Price Revolution in Eighteenth-Century Russia. **The Economic History Review**, v. 45, n. 3, p. 457-478, Agosto 1992.

MOOKERJE, Harendra Coomar. India's Hemp Drug Policy Under British Rule. **Modern Review**, 1948.

MORRIS, Martha. Naval Cordage Procurement in Early Modern England. **International Journal of Maritime History**, v. XI, n. 1, p. 81-89, Junho 1999.

MORRIS, Martha. **The foundations of British maritime ascendancy: resources, logistics and the State (1755-1815)**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

NOVAIS, Fernando Antônio. **Aproximações: estudos de história e historiografia**. São Paulo: CosacNaify, 2005.

**X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência
Internacional de História Econômica**

NOVAIS, Fernando. Antônio. **Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial** (séculos XVI-XVIII). São Paulo: Cebrap, 1974.

OLIVEIRA, Aurélio. Memória sobre os Linhos de Trás-os-Montes e Alto Douro de José António de Sá. **Douro – Estudos & Documentos**, Porto, v. V, n. 10, p. 146-152, 2000.

PEDREIRA, Jorge M. Viana. **Estrutura industrial e mercado colonial Portugal e Brasil (1780-1830)**. Portugal. Difel. 1994.

PEDROZA, Manoela da Silva. **Capítulos para uma história social da propriedade da terra na América portuguesa. O caso dos aforamentos na Fazenda de Santa Cruz (Capitania do Rio de Janeiro, 1600-1870)**. Tese (Tese em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade, Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2018.

PEREIRA, Jacinto Manuel. **Subsídios para a História da FNC: proposta para a construção da Fábrica Nacional de Cordoaria, nº 13, 1972**.

PESAVENTO, Fábio. **Um pouco antes da Corte: a economia do Rio de Janeiro na segunda metade dos Setecentos**. Tese (Tese em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade, Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2009.

POMERANZ, Kenneth. **The great divergence: China, Europe, and the making of the modern world**. Princeton, NJ: Princeton University Press. 2000.

SÁ, José António de. “Descrição Económica da Torre de Moncorvo. In: **Memórias Económicas da**. Lisboa: Banco de Portugal, v. Tomo III, 1991. p. 175-200. Edição original da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1791.

SAAD, Luísa Gonçalves. **"Fumo de negro": a criminalização da maconha no Brasil (c. 1890-1932)**. Dissertação (Dissertação em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2013.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SHAMIR, Ronen; HACKER, Daphna. Colonialism's Civilizing Mission: The Case of the Indian Hemp Drug Commission. **Law & Social Inquiry**, v. 26, n. 2, p. 435-461, 2001.

SILVA, Luciano Pereira. O regime jurídico das terras da Fazenda Nacional de Santa Cruz. **Revista de Direito Administrativo**, v. 1, n. 1, p. 745-755, abril 1945.

SOLANA, Ana Crespo. El comercio holandés y la integración de espacios económicos entre Cádiz y el Báltico en tiempos de guerra (1699-1723). **Investigaciones de História Económica**, 2017.

SOUSA, Fernando. et al. A agricultura da Comarca de Moncorvo segundo José António de Sá, em finais de setecentos. In: SOUSA, F. **Moncorvo. Da tradição à modernidade**. Porto: Edições Afrontamento, p. 289-338, 2009.

SOUSA, Fernando. Moncorvo. Uma reflexão em torno da sua identidade e da sua afirmação para o futuro. In: SOUSA, F. **Moncorvo: da tradição à modernidade**. Porto: Edições Afrontamento, 2009. p. 11-15.

VERDELHO, Telmo. A cultura do cânhamo em Moncorvo. **Brigantia. Revista de Cultura**, Bragança, v. 1, n. 0, p. 7-15, 1981.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

VIANA, Sônia Bayão Rodrigues. **A Fazenda de Santa Cruz e a Política Real e Imperial em relação ao desenvolvimento brasileiro (1790-1850)**. Dissertação (Dissertação de História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1974.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O Sistema mundial moderno: o mercantilismo e a consolidação da economia mundo europeia (1600-1750)**. Volume II. Porto. Edições Afrontamento. 1996.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The modern World-System: capitalist agriculture and the origins of the Euporean World-Economy in the Sixteenth Century**. Nova York & Londres: Academic Press. 1974.

WEHLING, Arno. **Conjuntura portuguesa e ação econômica no Rio Grande do Sul**. Instituto Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Instituto Histórico do Rio Grande do Sul. 2009.

FONTES PRIMÁRIAS

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. AHRS. Caixa Feitoria do Linho Cânhamo. Maço único.

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino: Documentos do Projeto Resgate

Projeto Resgate – Bahia

Projeto Resgate – Rio de Janeiro Avulsos (1614-1830)

Projeto Resgate – Maranhão (1614-1833)

Projeto Resgate – Rio Grande do Sul (1732-1825)

Projeto Resgate – Pernambuco (1590-1826)

Projeto Resgate – Bahia Eduardo de Castro e Almeida (1613-1807)

Projeto Resgate – Pará (1616-1833)

Projeto Resgate – Rio de Janeiro Eduardo de Castro e Almeida (1617-1757)

Projeto Resgate – Bahia Avulsos (1604-1828)

Projeto Resgate – Rio Grande do Norte (1623-1823)

Projeto resgate – Rio Negro - Amazonas (1723-1825)

Projeto Resgate – Rio de Janeiro (1614-1830).

Projeto Resgate – São Paulo Avulsos (1644-1830)